



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ**  
**DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAPÁ – DETRAN/AP**



Colégio  
00001

Sala  
0001

Ordem  
0001

Dezembro/2022

**Concurso Público para provimento de cargos de**  
**Analista de Gestão em Trânsito**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA**

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva-Estudo de Caso

**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Quem não encontra a felicidade em si mesmo, é inútil procurá-la em outro lado.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde à sua opção de cargo.
  - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
  - contém as propostas e os espaços para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE**

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

**ATENÇÃO**

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma os rascunhos da Prova Discursiva-Estudo de Caso serão corrigidos.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Estudo de Caso a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Para responder às questões de números 01 a 12, leia a crônica **O lendário país do recall**, de Moacyr Scliar.

1. Leitora manda boneca para *recall* e não a recebe de volta. Como explicar para uma criança que seus brinquedos foram embora há três meses e não voltaram? (Cotidiano, 25/02/2008)
2. *“Minha querida dona: quem lhe escreve sou eu, a sua fiel e querida boneca, que você não vê há três meses. Sei que você sente muitas saudades, porque eu também sinto saudades de você. Lembro de você me pegando no colo, me chamando de filhinha, me dando papinha... Você era, e é, minha mãezinha querida, e é por isso que estou lhe mandando esta carta, por meio do cara que assina esta coluna e que, sendo escritor, acredita nas coisas da imaginação.*
3. *Posso lhe dizer, querida, que vivi uma tremenda aventura, uma aventura que em vários momentos me deixou apavorada. Porque tive de viajar para o distante país do recall. Aposto que você nem sabia da existência desse lugar; eu, pelo menos, não sabia. Para lá fui enviada. Não só eu: bonecas defeituosas, ursinhos idem, eletrodomésticos que não funcionavam e peças de automóvel quebradas. Nós todos ali, na traseira de um gigantesco caminhão que andava, andava sem parar. Finalmente chegamos, e ali estávamos, no misterioso e, para mim, assustador país do recall. Um homem nos recebeu e anunciou, muito secamente, que o nosso destino em breve seria traçado: as bonecas que tivessem conserto seriam consertadas e mandadas de volta para os donos; quanto tempo isso levaria era imprevisível, mas três meses era o mínimo. Uma boneca que estava do meu lado, a Liloca, perguntou, com os olhos arregalados, o que aconteceria a quem não tivesse conserto. O homem não disse nada, mas seu sorriso sinistro falava por si.*
4. *Passamos a noite num enorme pavilhão destinado especialmente às bonecas. Éramos centenas ali, algumas com probleminhas pequenos (um braço fora do lugar, por exemplo), outras já num estado lamentável. Estava muito claro que para várias de nós não haveria volta.*
5. *Naquela noite conversei muito com minha amiga Liloca – sim, querida dona, àquela altura já éramos amigas. O infortúnio tinha nos unido. Outras bonecas juntaram-se a nós e logo formamos um grande grupo. Estávamos preocupadas com o que poderia nos suceder. De repente a Liloca gritou: ‘Mas gente, nós não somos obrigados a aceitar isso! Vamos fazer alguma coisa!’. Nós a olhamos, espantadas: fazer alguma coisa? Mas fazer o quê? Liloca tinha uma resposta: vamos tomar o poder. Vamos nos apossar do país do recall.*
6. *No começo aquilo nos pareceu absurdo. Mas Liloca sabia do que estava falando. A mãe da dona dela tinha sido uma militante revolucionária e sempre falava nisso, na necessidade de mudar o mundo, de dar o poder aos mais fracos. Ora, dizia Liloca, ninguém mais fraco do que nós, pobres, desamparados e defeituosos brinquedos. Não deveríamos aguardar resignadamente que decidissem o que fazer com a gente.*
7. *De modo, querida dona, que estamos aqui preparando a revolução. Breve estaremos governando o país do recall. Mas não se preocupe, eu a convidarei para me visitar. Você poderá vir a qualquer hora. E não precisará de recall para isso.”*

(Adaptado de: Moacyr Scliar. **Histórias que os jornais não contam**. Porto Alegre: L&PM, 2018)

1. Na construção de sua crônica, Moacyr Scliar recorre fundamentalmente à seguinte figura de linguagem:
  - (A) hipérbole.
  - (B) eufemismo.
  - (C) personificação.
  - (D) antítese.
  - (E) pleonasma.
2. A reação inicial das demais bonecas à proposta de Liloca de tomarem o poder no país do *recall* foi de
  - (A) entusiasmo.
  - (B) descrença.
  - (C) rancor.
  - (D) zombaria.
  - (E) solidariedade.



3. O termo que qualifica o substantivo na expressão *grande grupo* (5º parágrafo) tem sentido oposto àquele que qualifica o substantivo em
- (A) *sorriso sinistro* (3º parágrafo).
  - (B) *tremenda aventura* (3º parágrafo).
  - (C) *gigantesco caminhão* (3º parágrafo).
  - (D) *estado lamentável* (4º parágrafo).
  - (E) *probleminhas pequenos* (4º parágrafo).
- 

4. Retoma um termo mencionado anteriormente no texto a palavra sublinhada em:
- (A) *De modo, querida dona, que estamos aqui preparando a revolução.* (7º parágrafo).
  - (B) *Minha querida dona: quem lhe escreve sou eu, a sua fiel e querida boneca, que você não vê há três meses.* (2º parágrafo).
  - (C) *Mas gente, nós não somos obrigados a aceitar isso!* (5º parágrafo).
  - (D) *Não deveríamos aguardar resignadamente que decidissem o que fazer com a gente.* (6º parágrafo).
  - (E) *Leitora manda boneca para recall e não a recebe de volta.* (1º parágrafo).
- 

5. Liloca disse: Nós não somos obrigadas a aceitar isso.  
Ao ser transposto para o discurso indireto, o texto acima assume a seguinte redação:
- (A) Liloca disse que elas não eram obrigadas a aceitar aquilo.
  - (B) Liloca disse: – Elas não eram obrigadas a aceitar aquilo.
  - (C) Liloca disse que elas não são obrigadas a aceitar aquilo.
  - (D) Liloca disse: – Elas não seriam obrigadas a aceitar aquilo.
  - (E) Liloca disse que elas não foram obrigadas a aceitar aquilo.
- 

6. *No começo aquilo nos pareceu absurdo. Mas Liloca sabia do que estava falando. A mãe da dona dela tinha sido uma militante revolucionária e sempre falava nisso, na necessidade de mudar o mundo, de dar o poder aos mais fracos.* (6º parágrafo)

No trecho acima, a narradora-personagem relata fatos ocorridos no passado. Um fato anterior a esse tempo passado está indicado pela seguinte forma verbal:

- (A) *sabia.*
  - (B) *pareceu.*
  - (C) *tinha sido.*
  - (D) *estava falando.*
  - (E) *falava.*
- 
7. *O homem não disse nada, mas seu sorriso sinistro falava por si.* (3º parágrafo)
- Em relação à oração que a antecede, a oração sublinhada expressa ideia de
- (A) comparação.
  - (B) consequência.
  - (C) causa.
  - (D) oposição.
  - (E) condição.
- 

8. Exerce a função sintática de sujeito o elemento sublinhado em:
- (A) *you sente muitas saudades* (2º parágrafo).
  - (B) *aquilo nos pareceu absurdo* (6º parágrafo).
  - (C) *Para lá fui enviada* (3º parágrafo).
  - (D) *Passamos a noite num enorme pavilhão* (4º parágrafo).
  - (E) *Breve estaremos governando o país* (7º parágrafo).
-



9. Verifica-se o emprego de vírgulas para separar um vocativo no seguinte trecho:
- (A) *Uma boneca que estava do meu lado, a Liloca, perguntou, com os olhos arregalados, o que aconteceria a quem não tivesse conserto.*
  - (B) *Aposto que você nem sabia da existência desse lugar; eu, pelo menos, não sabia.*
  - (C) *Nós todos ali, na traseira de um gigantesco caminhão que andava, andava sem parar.*
  - (D) *De modo, querida dona, que estamos aqui preparando a revolução.*
  - (E) *Ora, dizia Liloca, ninguém mais fraco do que nós, pobres, desamparados e defeituosos brinquedos.*

10. O homem não disse nada (3º parágrafo)

Ao se transpor o trecho acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

- (A) foi dito.
  - (B) diria.
  - (C) dissera.
  - (D) teria dito.
  - (E) seria dito.
11. É invariável quanto a gênero e a número o termo sublinhado em:
- (A) *vivi uma tremenda aventura.*
  - (B) *quem lhe escreve sou eu.*
  - (C) *eu também sinto saudades de você.*
  - (D) *você nem sabia da existência desse lugar.*
  - (E) *Você poderá vir a qualquer hora.*

12. Estabelece relação de finalidade o termo sublinhado em:

- (A) *eu a convidarei para me visitar.*
- (B) *conversei muito com minha amiga.*
- (C) *você nem sabia da existência desse lugar.*
- (D) *Passamos a noite num enorme pavilhão.*
- (E) *Você poderá vir a qualquer hora.*

**Atenção:** Para responder às questões de números 13 e 14, leia o texto do filósofo Geoffrey Chaucer, escrito no século XIV.

*Outrora foi o mundo tão estável que I... palavra dada era obrigação. Hoje é tudo tão falso e condenável que nada II... de comum entre ela e ação. Houve no mundo tal transformação que tudo se perde à falta de firmeza.*

(Adaptado de: CHAUCER, Geoffrey *apud* GIANNETTI, Eduardo. **O livro das citações**. São Paulo: Companhia das Letras 2008)

13. De acordo com o filósofo, o mundo do século XIV seria caracterizado, sobretudo, pela

- (A) previsibilidade.
- (B) preguiça.
- (C) compaixão.
- (D) melancolia.
- (E) instabilidade.

14. Em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas I e II do texto devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- (A) à – há
- (B) a – há
- (C) a – à
- (D) à – à
- (E) a – a

**Raciocínio Lógico-Matemático**

15. Os números 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 devem ser divididos em dois grupos de forma que a soma dos números de cada grupo seja a mesma. O número de maneiras distintas para fazer isso é
- (A) 4.  
(B) 5.  
(C) 3.  
(D) 6.  
(E) 2.
- 
16. Um automóvel com capacidade para 50 litros de combustível pode ser abastecido apenas com gasolina, apenas com álcool ou com uma mistura de metade álcool e metade gasolina. Se o preço do litro da gasolina é R\$ 4,50 e do álcool é R\$ 3,30, o gasto médio, em reais, para encher o tanque desse carro é
- (A) 195,00  
(B) 215,00  
(C) 205,00  
(D) 190,00  
(E) 210,00
- 
17. Em uma dieta seguida por Maria, ela pode beber em um dia: ou 9 sucos verdes, ou 2 isotônicos, ou 1 isotônico e 4 sucos verdes. Em alguns dias ela pode beber apenas água. Nos últimos 10 dias Maria bebeu um total de 30 sucos e 9 isotônicos. Nesses 10 dias, Maria só bebeu água em
- (A) 3 dias.  
(B) 2 dias.  
(C) 1 dia.  
(D) 4 dias.  
(E) 5 dias.
- 
18. Numa companhia com dez setores de atendimento, o setor que realiza 80 atendimentos semanais teve, em uma semana, um acréscimo de 30% no número de atendimentos em relação à semana anterior e os demais setores mantiveram o mesmo número de atendimentos. A variação da média semanal de atendimentos da companhia em relação à média de atendimentos da semana anterior foi:
- (A) 3 atendimentos  
(B) 1,5 atendimento  
(C) 3,2 atendimentos  
(D) 2,4 atendimentos  
(E) 2 atendimentos
- 
19. Um número de seis algarismos é formado usando os algarismos 1, 2, 3, 4, 5 e 6, cada um deles uma única vez. Os algarismos 4 e 6 ocupam a primeira e a última posição no número. A soma dos algarismos 1 e 4 com os algarismos localizados entre eles é 12 e a soma dos algarismos 6 e 5 com os algarismos localizados entre eles é 15. A soma dos dois algarismos centrais no maior número que pode ser formado desse modo é:
- (A) 7  
(B) 6  
(C) 5  
(D) 4  
(E) 3
- 
20. Uma pesquisa sobre a inclusão de arroz e feijão no cardápio do jantar foi realizada com a participação de 40 funcionários. Dentre os que se manifestaram, a inclusão de arroz no cardápio foi aprovada por 23 funcionários e a opção de feijão no cardápio aprovada por 12 funcionários. O número de funcionários que não se manifestaram é o dobro do número de funcionários que aprova a inclusão de arroz e feijão no cardápio do jantar. O número de funcionários que provam a inclusão de somente arroz ou somente feijão no cardápio é:
- (A) 15  
(B) 18  
(C) 8  
(D) 20  
(E) 25

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Nos termos da Constituição Federal, é competência do Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente,
- (A) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.
  - (B) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.
  - (C) os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
  - (D) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.
  - (E) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal.
- 
22. Determinado Estado da Federação, visando aprimorar a qualidade de ensino em suas escolas públicas, decide fixar, mediante lei, um número máximo de alunos por sala de aula. Diante do que estabelece a Constituição Federal, bem como o entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, a norma legal estadual é
- (A) constitucional, pois a competência para legislar sobre educação e ensino é concorrente, tendo o Estado exercido sua competência suplementar na matéria.
  - (B) inconstitucional, pois somente à União compete definir normas gerais e específicas sobre educação.
  - (C) inconstitucional, pois a competência é privativa do município por se tratar de assunto de interesse local.
  - (D) constitucional, diante da ausência de lei federal regulando o assunto, cabendo aos Estados e Municípios legislar e exercerem a competência legislativa plena.
  - (E) inconstitucional, por ferir o princípio da Federação
- 
23. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal, em matéria de direitos políticos,
- (A) serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 90 dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos.
  - (B) a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor um ano após sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até dois anos da data de sua vigência.
  - (C) somente é possível a cassação de direitos políticos em caso de condenação criminal transitada em julgado.
  - (D) o mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Federal no prazo de 30 dias contados da diplomação, instruída a ação com provas do abuso de poder econômico, corrupção ou fraude.
  - (E) somente é permitido o alistamento de eleitores estrangeiros para eleições de Presidente e Vice-Presidente da República.
- 
24. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal, bem como o entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca do instituto da súmula vinculante,
- (A) a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula com efeito vinculante dependerão de decisão tomada por unanimidade dos membros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária.
  - (B) a súmula terá por objetivo tão somente a interpretação literal de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos do judiciário ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.
  - (C) o efeito vinculante da súmula incide sobre a administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, e nos demais órgãos do Poder Judiciário, não atingindo, contudo, o Poder Legislativo.
  - (D) a súmula vinculante editada pelos Tribunais de Justiça dos Estados em matéria Constitucional terá validade apenas em sua circunscrição.
  - (E) pode ser editada pelos tribunais superiores quando houver reiteradas decisões, proferidas na sua esfera de competência, sobre matéria Constitucional que recomendem a uniformização de entendimento junto aos órgãos jurisdicionais inferiores.
- 
25. São dois princípios constitucionais que regem a Administração Pública:
- (A) Legalidade e razoabilidade.
  - (B) Razoabilidade e impessoalidade.
  - (C) Moralidade e motivação.
  - (D) Motivação e legalidade.
  - (E) Impessoalidade e moralidade.



26. Constitui um dos elementos ou requisitos do ato administrativo a
- (A) finalidade.
  - (B) autoexecutoriedade.
  - (C) tipicidade.
  - (D) presunção de legitimidade e veracidade.
  - (E) imperatividade.
- 
27. Acerca da organização do Estado, integra a Administração Pública Direta a
- (A) secretaria Estadual.
  - (B) empresa Pública.
  - (C) sociedade de Economia Mista.
  - (D) autarquia.
  - (E) fundação Pública.
- 
28. Nos termos do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Estado, das Autarquias e Fundações Públicas Estaduais do Amapá (Lei Estadual nº 0066/1993), autoriza-se o ingresso no serviço público do candidato que tenha atendido, dentre outros, o requisito de
- (A) idade mínima de 16 (dezesesseis) anos.
  - (B) domicílio no Estado do Amapá.
  - (C) nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.
  - (D) quitação apenas com as obrigações militares.
  - (E) quitação apenas com as obrigações eleitorais.
- 
29. O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) formam a gestão estratégica no setor público, no tocante à questão orçamentária. A LDO refere-se ao plano
- (A) tático, gerencial, de médio prazo.
  - (B) operacional, de curto prazo.
  - (C) estratégico, de longo prazo.
  - (D) continuado, de curto prazo.
  - (E) integrado, unindo-se etapas de longo, médio e curto prazo.
- 
30. Tendo como base o tema "gestão de projetos", a gestão de programa é
- (A) uma gama de portfólios, que unem subprogramas para sua apresentação coordenada ao mercado.
  - (B) um conjunto de projetos que têm objetivos comuns, cuja gerência coordenada acarreta inúmeros benefícios não presentes caso gerenciados individualmente.
  - (C) a escolha dos melhores projetos a serem executados de forma escalonada e de acordo com um estudo de prioridades.
  - (D) a divisão de diversos projetos individuais que iniciaram execução conjunta e foram divididos para melhor obtenção de benefícios.
  - (E) um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado único, que beneficie a administração pública em suas áreas mais sensíveis.
- 
31. Em se tratando dos subsistemas da gestão de pessoas, o subsistema de
- (A) proteção relaciona-se ao salário e à remuneração.
  - (B) uniformização relaciona-se ao recrutamento.
  - (C) manutenção relaciona-se à seleção.
  - (D) contratação relaciona-se à carreira e às competências.
  - (E) preparação relaciona-se à qualidade de vida no trabalho.
- 
32. No campo da gestão de contratos, não se confundem as figuras do gestor de contrato e do fiscal do contrato. O primeiro (gestor de contrato) é conhecido como o curador do princípio da
- (A) eficiência.
  - (B) continuidade.
  - (C) equidade.
  - (D) probidade.
  - (E) regularidade.



33. A departamentalização que consiste na organização de uma abordagem divisional que envolve a distinção e o agrupamento de atividades, conforme as etapas de execução, é conhecida como a departamentalização por
- (A) localização geográfica.
  - (B) fases do processo.
  - (C) produtos ou serviços.
  - (D) clientes.
  - (E) projetos.
- 
34. Quando nos referimos à gestão de desempenho, tratamos de um conjunto de atividades que tem como finalidade elevar o nível de desempenho de um indivíduo, do grupo e da própria organização. Por isso, a gestão de desempenho
- (A) atribui pontuação a funcionário e o informa sobre sua classificação formal.
  - (B) atenta-se ao desempenho de cada indivíduo, analisando a eficiência do recurso humano.
  - (C) impõe processo formal pelo qual os funcionários são avaliados por algum avaliador.
  - (D) avalia o desempenho do funcionário em determinado conjunto de dimensões.
  - (E) está preocupada com o processo, visando o aperfeiçoamento da gestão organizacional.
- 
35. Podemos destacar como diferença entre a gestão pública e privada o fato de que, na gestão
- (A) privada, é obrigatório o respeito aos princípios do art. 37 da Constituição Federal, em qualquer atividade.
  - (B) privada, o objetivo é atender ao interesse da sociedade.
  - (C) pública, a atenção aos princípios contidos no art. 37, da Constituição Federal é facultativa.
  - (D) pública, o objetivo maior é atender ao bem-estar da coletividade.
  - (E) pública, o "cliente" somente paga pelos serviços de que efetivamente se utilizar.
- 
36. A rede para a promoção do desenvolvimento sustentável é utilizada por um governo quando
- (A) é usada para sustentar uma comunicação entre um grupo específico de interesse.
  - (B) promove comunicação aberta e diretiva, sem objetivo específico a atingir.
  - (C) se torna estratégia de ação coletiva, com a finalidade de alcançar a transformação social.
  - (D) visa a promoção de uma ação continuada e voltada o respeito aos limites orçamentários-financeiros.
  - (E) se além ao aspecto único da promoção ambiental em determinado território.
- 
37. Na produção de serviços públicos, a gestão de resultados tem seu foco na
- (A) administração burocrática como padrão.
  - (B) melhoria do processo que leva à produção do serviço.
  - (C) produção de reforma do Poder Público.
  - (D) efetividade e eficácia do serviço público.
  - (E) quantificação dos resultados de forma objetiva.
- 
38. Na seara do planejamento estratégico, o relevante processo de busca das melhores práticas de gestão dentro de um mesmo setor é conhecido como
- (A) *benchmarking*.
  - (B) diversificação.
  - (C) busca ativa.
  - (D) parametrização.
  - (E) *accountability*.
- 
39. O racionalismo é uma das principais características básicas das organizações formais modernas e consiste
- (A) na responsabilização da autoridade que comanda os demais em razão da hierarquia imposta.
  - (B) na produção com eficiência, a partir da divisão de tarefas entre seus membros.
  - (C) no aumento da eficiência e diminuição de custos de produção.
  - (D) na divisão hierárquica da empresa para o comando das operações.
  - (E) na padronização dos procedimentos importantes para alcance dos objetivos.



40. O princípio da universalidade consiste no postulado de que a administração pública deve
- (A) ter apenas uma lei orçamentária.
  - (B) reeditar a lei orçamentária a cada exercício.
  - (C) reiniciar cada lei orçamentária sem referências, vinculações ou compromissos com a peça anterior.
  - (D) incluir todas as receitas e despesas do Estado na lei orçamentária.
  - (E) deixar de incluir matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa na lei orçamentária.
- 
41. Nos termos da Constituição Federal, a norma incumbida de orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual é uma
- (A) lei complementar.
  - (B) lei ordinária.
  - (C) lei delegada.
  - (D) resolução legislativa.
  - (E) portaria do órgão central de planejamento.
- 
42. O plano plurianual do governo federal constitui-se em instrumento do federalismo cooperativo brasileiro, uma vez que
- (A) estabelece metas da política fiscal, às quais os orçamentos fiscais e de investimentos das estatais deverão se compatibilizar, reduzindo desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.
  - (B) estabelece metas da política fiscal, às quais o orçamento da seguridade social deverá se compatibilizar, reduzindo desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.
  - (C) estabelece diretrizes, objetivos e metas de forma regionalizada, aos quais o orçamento da seguridade social deverá se compatibilizar, reduzindo desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.
  - (D) estabelece diretrizes, objetivos e metas de forma regionalizada, aos quais os orçamentos fiscais e de investimentos das estatais deverão se compatibilizar, reduzindo desigualdades inter-regionais, segundo critério etário.
  - (E) estabelece diretrizes, objetivos e metas de forma regionalizada, aos quais os orçamentos fiscais e de investimentos das estatais deverão se compatibilizar, reduzindo desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.
- 
43. A doutrina tem condenado o que considera banalização ou utilização exagerada de créditos adicionais, pois
- (A) ao constar pequeno percentual autorizado para créditos especiais na lei orçamentária anual, o Legislativo reconhece ao Executivo não só a execução orçamentária, mas renuncia à elaboração da proposta orçamentária, que acaba por assumir sua forma essencial ao tempo da própria execução.
  - (B) ao constar pequeno percentual autorizado para créditos suplementares na lei orçamentária anual, o Legislativo reconhece ao Executivo não só a execução orçamentária, mas renuncia à elaboração da proposta orçamentária, que acaba por assumir sua forma essencial ao tempo da própria execução.
  - (C) ao constar grande percentual autorizado para créditos especiais na lei orçamentária anual, o Legislativo reconhece ao Executivo não só a execução orçamentária, mas renuncia à aprovação da proposta orçamentária, que acaba por assumir sua forma essencial ao tempo da própria execução.
  - (D) ao constar grande percentual autorizado para créditos suplementares na lei orçamentária anual, o Legislativo reconhece ao Executivo não só a execução orçamentária, mas renuncia à aprovação da proposta orçamentária, que acaba por assumir sua forma essencial ao tempo da própria execução.
  - (E) ao constar grande percentual autorizado para créditos extraordinários na lei orçamentária anual, o Legislativo reconhece ao Executivo não só a execução orçamentária, mas renuncia à aprovação da proposta orçamentária, que acaba por assumir sua forma essencial ao tempo da própria execução.
- 
44. Uma despesa pública D1 é idealizada e proposta no projeto de lei orçamentária anual em X1, ano em que o crédito é aprovado para vigência no exercício de X2, ano em que é empenhada e inscrita em restos a pagar não processados. No exercício de X3, enfim, a despesa é liquidada, mas não paga, o que somente vem a ocorrer em X4, fato que é fiscalizado pelo Tribunal de Contas em X5.
- Segundo a hipótese, nos termos da Lei 4320/1964, D1 pertence a
- (A) X1.
  - (B) X2.
  - (C) X3.
  - (D) X4.
  - (E) X5.
- 
45. Somente se admite a inscrição em dívida ativa de
- (A) débitos líquidos, certos e vencidos.
  - (B) créditos líquidos, certos e vencidos.
  - (C) débitos líquidos e certos, vencidos ou a vencer.
  - (D) créditos líquidos e certos, vencidos ou a vencer.
  - (E) débitos ou créditos certos, líquidos ou ilíquidos, vencidos ou a vencer.



46. Acerca dos restos a pagar efetivamente pagos no exercício, devem ser computados na
- (A) receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.
  - (B) receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa extraorçamentária.
  - (C) receita orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.
  - (D) receita orçamentária para compensar sua inclusão na despesa extraorçamentária.
  - (E) despesa de exercícios anteriores, em qualquer caso.
- 
47. A LRF define dívida pública
- (A) consolidada como aquela representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
  - (B) flutuante como o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
  - (C) fundada como o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
  - (D) fundada como aquela representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
  - (E) flutuante como aquela representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
- 
48. Em cada período de apuração o Estado do Amapá não poderá exceder, com despesa total com pessoal, o percentual de sua receita corrente líquida igual a
- (A) 60%, sem qualquer diferença de cálculo em relação às demais unidades da federação em virtude de sua conversão de Território em Estado.
  - (B) 50%, não computados, entretanto, os policiais militares admitidos até outubro de 1993, entre outras exclusões.
  - (C) 60%, não computados, entretanto, os policiais militares admitidos até outubro de 1993, entre outras exclusões.
  - (D) 50%, não computados, entretanto, os Magistrados e Membros do Ministério Público, entre outras exclusões.
  - (E) 60%, não computados, entretanto, os Magistrados e Membros do Ministério Público, entre outras exclusões.
- 
49. Quanto à frequência e o conteúdo obrigatório do Relatório de Gestão Fiscal apresentados pelos municípios do Estado do Amapá,
- (A) Macapá, Santana e Laranjal do Jari podem emitir o documento 2 vezes ao ano, enquanto os demais municípios do Estado devem emití-lo 3 vezes ao ano, mas, em todos os casos, o último dos Relatórios do ano conta com requisitos adicionais, tais como o demonstrativo de inscrição em restos a pagar.
  - (B) Macapá, Santana e Laranjal do Jari devem emitir o documento 3 vezes ao ano, enquanto os demais municípios do Estado podem emití-lo 2 vezes ao ano, e, em todos os casos, o último dos Relatórios do ano exibe os mesmos requisitos dos demais.
  - (C) todos os municípios podem emitir o documento 2 vezes ao ano, mas o último dos Relatórios do ano conta com requisitos adicionais, tais como o demonstrativo de inscrição em restos a pagar.
  - (D) Macapá, Santana e Laranjal do Jari podem emitir o documento 2 vezes ao ano, enquanto os demais municípios do Estado devem emití-lo 2 vezes ao ano, e, em todos os casos, o último dos Relatórios do ano exibe os mesmos requisitos dos demais.
  - (E) Macapá, Santana e Laranjal do Jari devem emitir o documento 3 vezes ao ano, enquanto os demais municípios do Estado podem emití-lo 2 vezes ao ano, mas, em todos os casos, o último dos Relatórios do ano conta com requisitos adicionais, tais como o demonstrativo de inscrição em restos a pagar.
- 
50. A fim de assegurar a transparência da gestão fiscal, a LRF preconiza a adoção de sistema integrado de
- (A) compras eletrônicas.
  - (B) apuração de infrações de trânsito.
  - (C) controle interno.
  - (D) passivos contingentes.
  - (E) administração financeira e controle.



**PROVA DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO**

**Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, Capítulo 9: 9.3 A Prova Discursiva-Estudo de Caso constará de quatro questões, para as quais o candidato deverá apresentar, por escrito em Língua Portuguesa, as respostas. O tema versará sobre conteúdo pertinente a Conhecimentos Específicos, conforme programa constante do Anexo III deste Edital, adequados às atribuições, relacionadas no Anexo II, do Cargo para o qual o candidato se inscreveu. 9.3.1 As Prova Discursiva-Estudo de Caso avaliarão o domínio dos temas abordados, consideradas a coesão, a coerência e a argumentação, a experiência prévia do candidato e a adequação às atribuições do Cargo. 9.3.2 A grade de correção/máscara de critérios contendo a abordagem/requisitos de respostas definida pela Banca Examinadora, as respostas apresentadas pelo candidato e a pontuação obtida pelo candidato serão divulgadas por ocasião da Vista da Prova Discursiva-Estudo de Caso. 9.4 Na Prova Discursiva-Estudo de Caso deverão ser rigorosamente observados os limites mínimos de 10 (dez) linhas e máximo de 20 (vinte) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Prova. 9.5 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Estudo de Caso a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 9.6 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Estudo de Caso nos seguintes casos: a) for assinada fora do local apropriado; b) apresentar, no Caderno de Resposta Definitiva, qualquer tipo de sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato (por exemplo: assinatura, traços, desenhos, rabiscos etc.); c) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento do texto escrito fora do local apropriado; d) for escrita a lápis, em parte ou na totalidade; e) estiver em branco; f) apresentar abordagem insuficiente ou incorreta do conteúdo solicitado; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou à questão prática proposta; i) deixar de atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 9.7 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Estudo de Caso pela Banca Examinadora. 9.8 A Prova Discursiva-Estudo de Caso terá caráter eliminatório e classificatório. Cada uma das questões será avaliada na escala de 0 (zero) a 25 (vinte e cinco) pontos, considerando-se habilitado o candidato que tiver obtido, na soma das notas das quatro questões, pontuação igual ou superior a 50 (cinquenta).

**QUESTÃO 1 (VALOR 25,00)**

Um cidadão formulou representação, perante o Tribunal de Contas do Estado, indicando a existência de irregularidades e ilegalidades nos seguintes atos, praticados por autarquia estadual:

- I – admissão de pessoal para cargos de provimento em comissão, sem apreciação, para fins de registro, pela Corte de Contas; e
- II – concessão inicial de aposentadoria, sem apreciação, para fins de registro, pela Corte de Contas.

O cidadão requereu que o Tribunal determinasse, desde logo, a sustação de efeitos dos atos apontados e, ao fim, sua anulação, bem como a imposição de multa aos responsáveis.

Considerando esses elementos à luz da Constituição Federal e da jurisprudência pertinente do Supremo Tribunal Federal, responda, fundamentadamente, se o Tribunal de Contas possui competência para apreciar os atos e adotar as medidas requeridas na representação e, em caso afirmativo, se há necessidade de garantia de contraditório e ampla defesa no processo respectivo.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

RA S C U N H O  
MÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

**QUESTÃO 2 (VALOR 25,00)**

Considera-se poder de polícia a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Diante do que estabelece o ordenamento jurídico brasileiro, bem como o entendimento dos tribunais superiores e da doutrina acerca da matéria, responda:

- a. Quais são os atributos do poder de polícia?
- b. O exercício do poder de polícia, ainda quando discricionário, encontra limites. Quais são eles?
- c. Há um prazo de prescrição para a ação punitiva da Administração Pública baseada no exercício do poder de polícia? Se sim, qual é o prazo e qual o seu marco inicial?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

**QUESTÃO 3 (VALOR 25,00)**

O Analista de Gestão em Trânsito possui dentre suas atribuições a gestão de recursos humanos. Dentro dessa área de atuação, a liderança aparece como um dos mais relevantes instrumentos da gestão de pessoas que, por consequência, somada à estratégia e ao controle, compõe uma boa governança. Nesse contexto, descreva:

- a. que vem a ser a liderança.
- b. Quais as principais características de um líder.
- c. O que vem a ser a teoria dos traços.
- d. Quais as teorias complementares e críticas à teoria dos traços e sua relevância.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

**QUESTÃO 4 (VALOR 25,00)**

Chega à contabilidade uma nota fiscal para pagamento a conta de restos a pagar não processados do exercício anterior que, nada obstante, não estão dotados de saldo suficiente para suportar tal desembolso. Apurada a liquidez, certeza e exigibilidade da dívida do ente público, em vista de erro somente à administração pública imputável, surge dúvida quanto à melhor forma de reconhecer a diferença entre os restos a pagar e o valor a ser efetivamente pago à contratada.

Explique sucintamente restos a pagar, diferenciando-os em processados e não processados. Ao fim indique a qual título deve ser reconhecido o excesso de despesas do caso em relação aos restos a pagar inscritos.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO